



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.**

**ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ATENÇÃO  
PRIMÁRIA À SAÚDE**

**LOCAL: Virtual**

**DATA: 30 novembro de 2023**

**HORÁRIO: 13h30**

**PRESENTES À REUNIÃO**

**SES:** Diogo Demarchi (GABS), Lourdes de Costa Remor (CIB), Ângela Blatt Ortiga (DAPS), Maria Catarina Rosa (DAPS), Iraci Batista da Silva (DAPS), Marlene Serafim (Gersa de Itajai), Isabela Karsten Marques (DAPS), Mariana Generoso frigo (Gersa Araranguá), Francieli (DAPS), Janize Luzia Biela (DAPS), Vanessa (Gersa de Xanxerê), Ludmilla (DAPS), Mateus (DAPS).

**COSEMS:** Priscilla Meira (assessora Cosems), Simone Costa dos Santos (Balneário Arroio do Silva), Lucas Rafael da Silva (Fraiburgo), Heloisa Esteffens (Garuva), Marcelly Cristina Deitos Vicini (Peritiba), Helena dos S. S. (Navegantes), Jonieli de Jesus (Capinzal), Ana Carolina Saretto (Extremo Sul), Daniela (Irineópolis), Arnaldo(Gaspar).

**COORDENAÇÃO DA REUNIÃO: ÂNGELA BLATT ORTIGA**

**PAUTA**

- 1- Apresentação fluxos da desinstitucionalização sistema prisional - resolução 487/2013.
- 2 - Cofinanciamento da APS em Santa Catarina - Alterações Deliberações
- 3 - Nota técnica sobre funcionamento da APS no final de ano e Férias coletivas

**1. APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO SISTEMA PRISIONAL - RESOLUÇÃO 487/2013**

Ludmilla (DAPS) apresenta os fluxos da desinstitucionalização sistema prisional - Resolução 487/2013 e Portaria Comarca da Capital 08/2023. A Resolução 487/2023 estabelece que cada estado, constituisse uma equipe de avaliação e acompanhamento das medidas terapêuticas aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP) com articulação com a RAPS – Rede de Atenção Psicossocial e demais instituições da intersectorialidade. Que 2001 em diante ficou determinado a extinção de leitos psiquiátricos em hospitais especializados em psiquiatria. Em 2023 foi estendido dentro do sistema prisional com a extinção do Hospital de Custódia em 30 de março de 2024, sendo proibida a porta de entrada para novos pacientes em 28 de novembro de 2023. a Constituição da equipe conectora enquanto piloto. Cita que o Poder Judiciário instaurou a Portaria Comarca da Capital 08/2023. Nesta Portaria constam as funções da saúde. Ludmilla esclarece que os fluxos foram construídos a partir da Resolução 487/2023. 1. Fluxo I - A pessoa pega em flagrante será feita audiência



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

49 de custódia e espera-se que isso seja feito em 24h. Se for surto psicótico, o juiz  
50 terá sua equipe que avaliará a pessoa em conflito com a Lei e, desta avaliação  
51 resultará o encaminhamento para hospital geral, APS, CAPS, PA ou UPA. 2. O  
52 fluxo II - é a pessoa que está em prisão preventiva e necessitará de avaliação em  
53 saúde mental. 3. Fluxo III – medida de internação hospitalar. 4. Fluxo IV –  
54 tratamento ambulatorial de saúde mental no curso da execução da pena. Fluxo V.  
55 Desinstitucionalização. Carol (Florianópolis) coloca que há municípios recebendo  
56 pessoas para colocar em residencial terapêutico. Essas pessoas irão passar para  
57 avaliação da EAP? Ludmilla esclarece que essa é uma situação imposta pelo  
58 judiciário, não se trata de querer, é obrigatória. O Residencial Terapêutico – RT  
59 viria amenizar essa situação, a mobilização dos municípios para compor esse  
60 serviço ou serviço microrregional seria muito bem vindo para essa situação.  
61 Elisxandra (Meleiro), com relação aos municípios pequenos, quem paga são os  
62 consórcios. As comunidades terapêuticas não possuem equipes multi. Priscila  
63 Meira (Cosems) coloca 3 pontos, com relação aos municípios pequenos, a  
64 capacitação (protocolos clínicos e outros) e referentes às equipes de saúde  
65 mental. Alguns municípios solicitaram equipes de saúde mental e não receberam  
66 a resposta. Ludimilla esclarece, capacitação para APS é fundamental. As equipes  
67 EMAESM foram revogadas. Ludmilla tem orientado que utilizasse as equipes que  
68 já existiam que serviriam de pleito para solicitação ao MS. Municípios que  
69 possuem Ament continuam recebendo recurso federal. Ângela esclarece que sim,  
70 mas, por enquanto, para novas equipes não há recurso federal. Ângela sugere  
71 criar Grupo de Trabalho da CIB em Saúde Mental.

72 **Encaminhamentos:** Constituir Grupo de Trabalho – GT em Saúde Mental e  
73 agendar reunião ainda em 2023.

74

75 **2. COFINANCIAMENTO DA APS EM SANTA CATARINA - ALTERAÇÕES**  
76 **DELIBERAÇÕES.**

77 Deliberação 054/CIB/2019 de 10 de abril de 2019, retificada em 02 de fevereiro de  
78 2022 e em 09 de novembro de 2022. Deliberação 136/2021 e Deliberação  
79 275/2021. Ângela Blatt Ortiga (diretora da APS/DAPS) faz a introdução do  
80 Cofinanciamento da APS. Coloca a ideia inicial do que foi pensada a proposta. A  
81 primeira ideia na função Atenção Primária e subfunções custariam R\$  
82 139.000.000,00. Na Média Complexidade como o CAPS, o CEO que estão dentro  
83 da APS como complementar. A ideia é passar para R\$ 3.000,00 para equipe de  
84 saúde da família - eSF e R\$ 1.600,00 para a equipe de saúde bucal – eSB. Na  
85 equipe multiprofissional, passaria de R\$ 2.750,00 para R\$ 3.000,00. As equipes  
86 que não forem homologadas pelo MS poderiam migrar para equipes estaduais. O  
87 que mudaria na Deliberação 136/2021: que as equipes eMulti apoiariam 3 equipes  
88 de saúde da família. O que se tem visto, são as eMulti em unidades de média  
89 complexidade como as policlínicas. E as eMulti são para fortalecer a APS e não  
90 estarem em unidades de média complexidade. A equipe de reabilitação domiciliar  
91 trabalharia, passando a ser chamada de equipe de reabilitação e promoção em  
92 saúde. Na época, foi criada para tratar pós-covid. Ela poderia trabalhar como  
93 equipe de matriciamento. O PNAISP ficou definido um proporcional, sendo o  
94 menor R\$ 2.000,00. Algumas receberiam R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00 e outras.  
95 CEO, CAPS são as especializadas. Diogo Demarchi esclarece que a premissa na  
96 elaboração da proposta foi a segurança com relação ao cumprimento em termos



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

97 financeiros. Diogo esclarece ainda que não haverá pactuação na CIT sobre  
98 equipes este ano. Priscila Meira (Cosems) parabeniza a equipe da SES sobre o  
99 trabalho na elaboração da proposta. Questiona o que levou a DAPS a priorizar o  
100 SRT? Outra dúvida é com relação a Deliberação 54 em que contam exemplos de  
101 experiências exitosas, revista e educação permanente, que continuam vigente.  
102 Questiona se será revogada a Deliberação 54 com esses itens. Ângela esclarece  
103 que a revista nem existe mais. A idéia é juntar as Deliberações existentes do  
104 Cofinanciamento da APS. A idéia é também, conceder um plus aos municípios  
105 que se destacarem, não mais prêmios como antes. Diogo coloca que a SES  
106 pretende iniciar os pagamentos já em fevereiro de 2024. E, se forem necessários  
107 ajustes, se farão no decorrer do ano. Diogo lembra as discussões do PRI, que  
108 deverá estar a APS. Mateus (DAPS) faz considerações. Ângela fará uma nova  
109 revisão do texto e encaminha até o dia 07 de dezembro.

110 **Encaminhamentos:** Levar para a CIB para informe ou discussão e  
111 encaminhamentos e deliberar ad referendum se for necessário, após a CIB.

112

113 **3. NOTA TÉCNICA SOBRE FUNCIONAMENTO DA APS NO FINAL DE ANO E**  
114 **FÉRIAS COLETIVAS.**

115 Ângela Blatt Ortiga (DAPS) coloca que a idéia inicial das vigilâncias seria uma  
116 recomendação para os municípios. Que as secretarias municipais se organizem  
117 para trabalharem no período de fim de ano, recesso e férias. Que nenhum serviço  
118 fique descoberto para atender as emergências. As coletas domiciliares e em  
119 unidades não podem parar. Há o teste do pezinho e de vacinação. Há crise da  
120 dengue. Isso tudo não pode parar. Enquanto APS, não é recomendado tirar férias  
121 coletivas. Encaminhar para todas as secretarias e prefeituras.

122 **Encaminhamentos:** Levar como informe para a CIB.

123

124 **INFORMES: SES**

125 a) apoio na divulgação sobre material de mídias sobre enchente, dengue, vacinação etc etc.  
126 Ângela Blatt Ortiga lembra o aumento da dengue no verão e com as enchentes, agravou o  
127 cenário. Ângela cita que é necessário reforçar a importância da divulgação sobre esses  
128 cuidados.

129

130 **INFORMES: COSEMS**

131 **b) NOTA TÉCNICA Nº 565/2023-COHC/CGFAP/SAPS/MS-** credenciamento referentes à  
132 equipes de Saúde da Família (eSF), equipes de Saúde Bucal (eSB) e equipes  
133 Multiprofissionais (eMulti) habilitadas, em caráter excepcional, à Assistência Financeira  
134 Emergencial para custeio da Atenção Primária à Saúde (APS), no contexto da Portaria  
135 GM/MS nº 544, de 03 de maio de 2023.

136 **-Emulti**

137 Informações que recebemos no congresso, validadas pela equipe da SAPS

138 [https://www.cosemssc.org.br/portaria-no-635-de-22-maio-de-2023-equipes-](https://www.cosemssc.org.br/portaria-no-635-de-22-maio-de-2023-equipes-multiprofissionais-na-atencao-primaria-a-saude/)  
139 [multiprofissionais-na-atencao-primaria-a-saude/](https://www.cosemssc.org.br/portaria-no-635-de-22-maio-de-2023-equipes-multiprofissionais-na-atencao-primaria-a-saude/)

140 - Priscila Meira (Cosems) informa que até dezembro sai um publicação de  
141 credenciamento de eMulti. No final da Nota Técnica existem números para os municípios  
142 ligarem para o Ministério da Saude.

143

144 **c) Portaria GM/MS 1924 17 de novembro de 2023 - novo financiamento Saúde**  
145 **Bucal documento orientador DAPS ( anexo) nota tecnica**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

146 Contexto: <https://www.cosemssc.org.br/nota-tecnica-orientacoes-para-solicitar-equipes-e->  
147 [servicos-da-atencao-primaria-sao-atualizadas/](https://www.cosemssc.org.br/nota-tecnica-orientacoes-para-solicitar-equipes-e-)  
148 Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de  
149 Prevenção e Promoção da Saúde, Coordenação-Geral de Prevenção às Condições  
150 Crônicas na Atenção Primária à Saúde.  
151 - Priscila Meira (Cosems) informa que haverá um aporte financeiro maior para as equipes  
152 de saúde bucal.

153

154 **NOTA TÉCNICA Nº 38/2023-CGCOC/DEPPROS/SAPS/MS**

155 1.1. Trata-se da Nota Técnica - informava sobre a Portaria GM/MS N.º 174, de 22 de  
156 fevereiro de 2023, na qual prorroga-se o prazo para que os municípios realizem  
157 atendimento e registro das ações previstas na Portaria GM/MS N.º 377, de 22 de  
158 fevereiro de 2022, e versa sobre seu monitoramento.

159 - Priscila (Cosems) informa que a Nota Técnica 38/2023 está disponível no site do  
160 Cosems.

161

162 **d)-Monitoramento da Atenção às Pessoas com Condições Pós-covid na APS (SC)**

163 Contexto :

164 <https://www.cosemssc.org.br/monitoramento-da-atencao-as-pessoas-com-condicoes-pos->  
165 [covid-na-aps-sc/](https://www.cosemssc.org.br/monitoramento-da-atencao-as-pessoas-com-condicoes-pos-)

166 **NOTA TÉCNICA Nº 38/2023-CGCOC/DEPPROS/SAPS/MS**

167 Trata-se da Nota Técnica informava sobre a Portaria GM/MS N.º 174, de 22 de fevereiro  
168 de 2023, na qual prorroga-se o prazo para que os municípios realizem atendimento e  
169 registro das ações previstas na Portaria GM/MS N.º 377, de 22 de fevereiro de 2022, e  
170 versa sobre seu monitoramento.

171 - Priscila Meira (Cosems) informa que essa Portaria 377 alocou recurso para o tratamento  
172 pós covid e que o município deveria ter registrado. Se o município não fez nenhum  
173 registro até dezembro, pode ser que o município tenha que devolver o recurso.

174

175 e) **Manual instrutivo:** <https://www.cosemssc.org.br/manual-instrutivo-pos-covid->  
176 [portaria-377-fev-2022/](https://www.cosemssc.org.br/manual-instrutivo-pos-covid-)

177

178 O Grupo de Saúde Mental está sendo constituído com representantes das  
179 Câmaras Técnicas. E, será realizada reunião antes do fim do ano com esse  
180 grupo, sobretudo, sobre o Hospital de Custódia.

181

182

183

**LOURDES DE COSTA REMOR  
SECRETÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**